

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	3
2. MENSAGEM DA DIRETORIA.....	3
2.1 Análise de Desempenho da Economia e Reflexos sobre a CASEMG.....	3
3. COMPOSIÇÃO: DIRETORIA E CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL EM 31/12/2013	7
3.1. Diretoria Executiva	7
3.2. Conselho de Administração	7
3.3. Conselho Fiscal	7
4. DADOS ESTRUTURAIS E COMPLEMENTARES.	8
4.1 Histórico	8
4.2 Situação Atual da Capacidade de Armazenamento no Estado	8
5. AÇÕES JUDICIAIS, INDICADORES E ANÁLISE DE DESEMPENHO.	10
5.2. Ações Judiciais	10
5.2. Auditoria Interna	11
5.3 Procedimentos Licitatórios	12
5.4. Recursos Humanos	13
5.5. Análise do Desempenho Econômico e Financeiro	15

1. APRESENTAÇÃO

Atendendo às exigências da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG, a Administração da Companhia apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício de 2013, emitidas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes da Lei n.º 6.404/76 e as suas alterações posteriores.

2. MENSAGEM DA DIRETORIA

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG – é uma empresa de economia mista criada em 1957 pelo governo mineiro, com o objetivo de ampliar a capacidade de armazenamento de produtos agrícolas no Estado. Foi federalizada no ano de 2000 e encontra-se vinculada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA.

Atualmente, a Companhia está operacionalmente organizada por Unidades de Armazenagem e Negócios (UANs) em 17 municípios, localizados nas principais regiões produtoras de Minas Gerais: Noroeste Mineiro, Sul de Minas e principalmente no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

2.1 Análise de Desempenho da Economia e Reflexos sobre a CASEMG

O agronegócio brasileiro caminha para a próxima década com foco na competitividade e na modernidade, fazendo da utilização permanente da tecnologia um caminho para a sustentabilidade do País.

A busca tem sido constante, rumo ao bom desempenho, apesar do clima de apreensão que ainda ronda os países desde 2008, após o estouro da mais recente crise econômica mundial. A CASEMG, empresa que tem na armazenagem sua principal fonte de sustentação, sente o reflexo dessa situação, mas sua Diretoria, técnicos e colaboradores reconhecem que, assim como faz o agronegócio, vencerá as dificuldades ora apresentadas se for moderna, eficiente e competitiva.

Ainda que a crise econômica mundial persista, o mercado externo se mantém favorável às nossas *commodities* agrícolas. Por seu lado, o mercado interno se recente da queda do Real frente ao Dólar, fazendo com que o consumo interno se retraia. Mas deve-se ressaltar que apesar dessa dicotomia, o agronegócio praticamente vem, ano a ano, mantendo certo padrão das famílias brasileiras e salvando a nossa balança comercial, sinalizando para o crescente aumento da produção.

O assunto em pauta é relevante para a CASEMG. Como o negócio da Companhia é a armazenagem, os aumentos dos contratos externos do setor também elevam consideravelmente o fluxo de exportação, reduzindo a estadia de produtos em nossas Unidades de Armazenagem e Negócios (UANs). É neste ponto que precisamos mostrar maior eficiência competitiva. Uma

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

saída urgente para essa situação seria investir no sistema de transbordo de grãos. Além do baixo risco, em relação à armazenagem de médio prazo, a operação de transbordo poderá ampliar o faturamento da Empresa, principalmente ao se analisar os gargalos logísticos na combalida infraestrutura rodoviária do País.

Dados da Confederação de Agricultura e Pecuária (CNA) apontam que o agronegócio brasileiro fechou o ano de 2013 com alta de 3,56%, totalizando R\$ 1 trilhão, em franca recuperação em relação ao ano de 2012. Como apontam os especialistas do setor, o Brasil é quase imbatível na produção de *commodities* necessárias para a sobrevivência da população mundial. Assim, sempre haverá a necessidade de armazenamento, mesmo que temporário, resistindo nessa questão a razão de ser da Companhia de Armazenamento e Silos do Estado de Minas Gerais. Por isso, para se ter sucesso nesse mercado, faz-se necessário a CASEMG recuperar e modernizar seus armazéns, tornando-os mais eficientes e dinâmicos, o que possibilitará ampliar a segurança em armazenagem. O retorno seguro desse investimento é a fidelização de clientes e a conquista de novos contratos, criando-se um círculo virtuoso para a Companhia.

Em 2013, a Diretoria Executiva, visando o saneamento e a recuperação econômica e financeira da Companhia, adotou diversos procedimentos que começam a surtir resultados positivos. Dentre essas medidas pode-se citar:

- **Revitalização da área comercial:** A estrutura organizacional da Companhia sofreu alterações em dezembro/2013. Os gerentes das Unidades Armazenadoras, fiéis depositários das mercadorias armazenadas, estão com novas atribuições, inclusive a de promover e gerenciar a captação de produtos do agronegócio, executando a política anual de comercialização da Companhia, juntamente com a Diretoria Operacional. Essa descentralização dos negócios de armazenagem também conta com o apoio da Gerência Técnica Operacional (GETOP) e Gerência de Controle Operacional (GEROC), criadas na nova estrutura organizacional com o objetivo de subsidiarem a Diretoria Técnico-Operacional no que tange aos estudos técnicos que orientem as tomadas de decisões que visem à implantação de ações destinadas a aprimorar a gestão da área operacional, além de coordenar a avaliação do desempenho global das atividades desenvolvidas pelas Unidades de Armazenagem e Negócios. As alterações estruturais estão regulamentadas pelo Regimento Interno da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração (CONSAD).

Vale destacar que estão sendo promovidos estudos com vistas à modernização do sistema operacional da empresa, promovendo através de um novo sistema a ser implantado para maior agilidade, segurança, modernidade e transparência na execução das operações de transbordo e armazenagem.

- **Nova Estrutura da Diretoria Executiva:** A Assembleia Geral Extraordinária, no dia 13/09/2013, promoveu a alteração do Estatuto Social da Companhia redefinindo a estrutura organizacional, com o desmembramento das funções do Diretor Presidente e Técnico Operacional para Diretor Presidente e Diretor Técnico-Operacional, e a junção das diretorias Administrativa e Financeira. Compondo então as diretorias da CASEMG,

Diretor-Presidente; Diretor Técnico Operacional; e Diretor Administrativo e Financeiro. O Objetivo é dar maior celeridade às ações institucionais e operacionais, ampliando as parcerias com novos clientes e cooperações técnicas.

- **Controles Operacionais:** No final do exercício a Companhia deu um passo importante na rigidez dos controles operacionais. Reformulou o Regulamento Interno sobre a prestação de serviços- INO-01 de acordo com a lei de armazenagem e regulamentou o destino das sobras técnicas, estabelecendo as diretrizes para a gestão das movimentações de mercadorias de terceiros em consonância com os contratos de depósito que representam, a fim de se efetuar controle através de conciliação dos estoques físicos e contábeis, e o devido registro contábil e fiscal das sobras técnicas que podem surgir. A sobra técnica é o resultado da apuração de efetiva sobra de peso depois de findada a movimentação contábil de todos os lotes de uma espécie de mercadoria e que tenham sido rigorosamente cumpridas as cláusulas avençadas em todos os contratos de depósito que os rege.

- **Alienações, Concessões e Desativações de UANs:** Visando o levantamento de recursos suficientes para a recuperação e modernização das Unidades Armazenadoras da Companhia, iniciou-se em 2013 o levantamento das Unidades de Armazenagem que há muito tempo vem acumulando prejuízos pertinentes às suas atividades. Esse trabalho objetiva as possibilidades de alienação, concessão ou desativação.

Em parceria com a Caixa Econômica Federal - CEF foi iniciado o processo de avaliação de parte dos imóveis, e a fim de acelerar as avaliações também foram contratados avaliadores independentes filiados ao Conselho Nacional de Corretores de Imóveis (COFECI-CRECI).

A Diretoria Executiva estabeleceu um cronograma para a venda de bens imóveis, particularmente os já autorizados para alienação pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND). Uma alienação bem-sucedida foi do imóvel de Manga, unidade de armazenagem desativada há vários anos, que foi vendida em concorrência pública no dia 02/12/2013, após avaliação da CEF. As unidades de Paracatu e Bonfinópolis, não operacionalizadas em 2013 e com problemas ambientais, fazem parte da lista de UANs a serem alienadas.

- **Redução de gastos com energia elétrica:** No exercício de 2013, com apoio da Diretoria, o setor de manutenção da CASEMG conseguiu reduzir os gastos com energia nas Unidades Armazenadoras na ordem de 32%. Para 2014, a meta da Diretoria é manter a perseguição da eficiência energética e redução de gastos, alocando novos recursos para a modernização ou a transformação dos equipamentos das Unidades. Para isso, conta com o sucesso das alienações dos bens imóveis inservíveis ou desativados.

Está em estudo pela Diretoria Técnica-Operacional um novo projeto de eficiência energética, abrangendo aspectos de gestão energética. Os objetivos destacados dessa nova ação visam a pequeno, médio e longo prazo, evitar o desperdício de energia e substituir métodos antigos operacionais por métodos novos mais eficientes, econômicos e modernos, em todas as formas de consumo de energia utilizadas na Companhia, tendo como meta redução de custos operacionais.

- **Plano de Cargos e Salários:** visando minimizar as ocorrências de evasão dos colaboradores da Companhia, promover uma melhor adequação nas tabelas de enquadramento salarial e a modernização dos manuais de avaliação de desempenho e de desenvolvimento humano, a Diretoria constituiu através de Portaria de 22/11/2013, um Grupo de Trabalho destinado a proceder ao levantamento, às adequações e ao aperfeiçoamento necessário do Plano de Cargos e Salários (PCS). Em maio de 2014, esse Grupo de Trabalho deverá apresentar o escopo dos estudos da nova estrutura de cargos e salários da Empresa, tendo como amparo a legislação e a regulamentação que regem as empresas estatais federais.

Vale ressaltar que, com a revisão do PCS, a CASEMG estaria pronta para realizar novo concurso público, com vistas a preencher as vagas existentes nas áreas operacionais e administrativas, buscando atrair no mercado, profissionais de qualidade para composição do seu quadro de pessoal que se encontra deficitário.

A CASEMG encerrou o exercício de 2013 com significativa redução de receitas, na ordem de 7,96%. Um fator impactante se deve ao preço do café, que sofreu importante queda em seu valor de mercado e por consequência, reduziu nossa receita referente ao ad valorem, o qual a representatividade deste produto afetou 03(três) grandes Unidades da Companhia, Monte Carmelo, Patrocínio e Patos de Minas. O resultado da receita também foi afetado pela inatividade das operações da unidade armazenadora de Paracatu, ora desativada, vítima de processo cível que resultou em grave endividamento para a Companhia.

Apesar desses contratempos, o processo de descentralização dos negócios implantado pela Diretoria começaram a produzir resultados positivos. As Unidades de Uberlândia e Capinópolis conseguiram novos parceiros minimizando os efeitos da crise do café e a baixa operacional de algumas unidades.

A Diretoria, apoiada por todo o setor técnico operacional, por seus colaboradores e assessores da Sede e UANs, acredita que durante o ano de 2014 a CASEMG conseguirá iniciar o projeto de recuperação e modernização de boa parte de suas unidades armazenadoras, principalmente na parte de tecnologia de informação para melhoria dos controles internos. Para isso, conta com o sucesso de alienações de bens imóveis, sendo a receita dessas vendas direcionadas para o saneamento e a revitalização da Instituição. Investir na modernização e manutenção das UANs significa evitar o sucateamento, a desativação e as ocupações indevidas do patrimônio da Companhia por terceiros, sejam por particulares ou entes públicos, como já ocorreu ao longo dos anos com várias unidades da empresa.

Por reconhecimento ao trabalho de todos os colaboradores dedicados e comprometidos com nossa Visão de negócios e Valores, desde já agradecemos e contamos com esse apoio em 2014.

3. COMPOSIÇÃO: DIRETORIA E CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL EM 31/12/2013

3.1. Diretoria Executiva

Francisco Oséas Corrêa Valadares
Diretor-Presidente

Vanda Lúcia Batista
Diretora Administrativa e Financeira - interina

Júlio Marcos Mourthe Edmundo
Diretor Técnico Operacional- interino

3.2. Conselho de Administração

José Gerardo Fontelles
Presidente

Conselheiros
Francisco Oséas Corrêa Valadares,
Gustavo Gonçalves Manfrin
Rafael Moreira de Aguiar
Viviane Gonçalves dos Santos
Wilson Vaz de Araújo

3.3. Conselho Fiscal

Manuel Vitorino Sousa Neto
Presidente

Conselheiros
Cláudio Cava Corrêa
Edilson Rodrigues Tavares
José Carlos Andrade
Ricardo Cardoso Alves Meirelles

4. DADOS ESTRUTURAIS E COMPLEMENTARES.

4.1 Histórico

A Companhia, uma sociedade de economia mista, foi criada pela Lei Estadual nº. 1.643, de 6 de setembro de 1.957, sancionada pelo então Governador de Minas Gerais, Senhor José Francisco Bias Fortes, tendo como objetivo, atender a demanda e suprir a necessidade de locais para armazenagem dos produtos agrícolas.

Mediante autorização contida na Lei Estadual nº. 12.422, de 27 de dezembro de 1996 e Lei Federal nº. 9.496, de 11 de setembro de 1997, foi federalizada como ente da Administração Pública Indireta da União e, posteriormente, através do Decreto nº 3.654, de 07 de novembro de 2000, incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND.

Após a federalização, definiu-se como sua MISSÃO, “Viabilizar soluções de armazenagem e transbordo, agregando valor sustentável ao agronegócio”, assim como a VISÃO de – “Sermos reconhecidos pela sociedade como uma Empresa de sucesso, pelos resultados que gera para seus clientes, acionistas, colaboradores, parceiros e comunidades”.

4.2. Situação Atual da Capacidade de Armazenamento no Estado

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, através do SICARM - Sistema de Cadastro Nacional de Unidade Armazenadoras divulga em seu site um total de 8,8 milhões de toneladas de capacidade de armazenagem em todo o estado de Minas Gerais. Desse valor 4,4 milhões de toneladas estão concentrados no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A capacidade estática da CASEMG no estado mineiro representam 5% do total cadastrado na CONAB e alcança 8% considerando a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Os principais produtos agrícolas armazenados se dividem em:

- a) Armazém convencional: café, açúcar, algodão, arroz, sementes e lácteos;
- b) Armazém a granel: milho, soja, sorgo e trigo.

No período de 2013, o índice médio de ocupação de armazenagem da Companhia foi de 24%, da sua capacidade total nos períodos de janeiro a dezembro. Nossas Unidades movimentaram 347,7 mil toneladas de produtos de armazenagem e 251,8 mil toneladas de operações de transbordo, totalizando um volume de 600 mil toneladas de produtos movimentados no decorrer de 2013.

Atuamos em um mercado sazonal, com as safras a cada ano mais rápidas e tecnológicas, exigência qualitativa do mercado globalizado de comercialização de grãos. Todas essas variáveis impulsionam a CASEMG na busca da elevação de receitas através de contratos com reserva de espaço e garantia mínima de movimentação, assegurando maior volume e rotatividade de produtos em nossas Unidades.

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Embora a disponibilidade de recursos não tenha acompanhado a evolução mercadológica, timidamente, serviços de melhoria e manutenção foram sendo realizados adaptando nossas Unidades Armazenadoras e possibilitando a rastreabilidade dos produtos através da certificação estratégica de algumas Unidades Armazenadoras, adequando dessa forma, nossos serviços à linha de exigência de produtores, cooperativas, indústrias e exportadores.

Quadro da Média de Estoque das Unidades Armazenadoras

UNIDADE EM OPERAÇÃO	CAPACIDADE ESTÁTICA	MÉDIA ESTOQUE ANO (kg)
ALFENAS	9.000.000	3.105.500
	(%)	34,51
ARAGUARI	6.000.000	389.484
	(%)	6,49
BURITIS	15.000.000	3.649.458
	(%)	24,33
CAPINÓPOLIS	43.000.000	13.935.396
	(%)	32,41
CENTRALINA	9.000.000	719.328
	(%)	7,99
CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	15.000.000	2.243.570
	(%)	14,96
FRUTAL	15.000.000	2.786.344
	(%)	18,58
ITUIUTABA	30.800.000	7.837.243
	(%)	25,45
MONTE CARMELO	22.000.000	5.726.718
	(%)	26,03
PATOS DE MINAS	27.000.000	3.090.132
	(%)	11,44
PASSOS	15.000.000	3.393.286
	(%)	22,62
PATROCÍNIO	27.000.000	9.387.437
	(%)	34,77
SACRAMENTO	6.000.000	612.818
	(%)	10,21
SANTA VITÓRIA	18.000.000	582.875
	(%)	3,24
UBERABA	30.000.000	2.518.704
	(%)	8,40
UBERLÂNDIA	87.000.000	21.088.451
	(%)	24,24
UNAÍ	31.000.000	15.180.246
	(%)	48,97
TOTAL	405.800.000	95.578.803
	(%)	23,55

5. AÇÕES JUDICIAIS, INDICADORES E ANÁLISE DE DESEMPENHO.

5.2. Ações Judiciais

O presente relatório presta-se a demonstrar o quadro total de ações judiciais em andamento em que a CASEMG figura como ré, registradas no Passivo Circulante e Passivo Exigível a longo prazo, com posição extraída em dezembro de 2012 e dezembro de 2013.

As ações trabalhistas não decorrentes do descumprimento do Dissídio Coletivo de 1991 eram em 15 (quinze), ao final do exercício de 2012. Dessas, no exercício de 2013, foram liquidadas 09 (nove), através de liquidação de sentença ou utilização de valores bloqueados pela justiça e de depósitos recursais, sendo que às 06 (seis) remanescentes em desfavor da Companhia no ano de 2013, totalizam um valor total de exposição estimado em R\$ 77.430 isto é, aquelas, cuja probabilidade de êxito é provável a favor dos Reclamantes.

A tabela adiante dá um panorama geral deste contencioso.

Ações Judiciais – CASEMG Ré

ANO	2012		2013	
AÇÕES	Nº	VALOR (R\$)	Nº	VALOR (R\$)
Ações Trabalhistas	15	157.430	06	77.430
Ações Cíveis- CASEMG Ré	27	1.127.669	43	5.152.609
Pensões Judiciais		3.941		3.753
Total em andamento	42	1.289.040	49	5.220.857

O valor dos depósitos recursais atinge o montante de R\$ 117.306 (cento e dezessete mil, trezentos e seis reais) e os valores bloqueados pela Justiça do Trabalho, R\$ 49.190 (quarenta e nove mil cento e noventa reais).

As ações cíveis propostas contra a Companhia, que eram em número de 27 (vinte e sete) ao final do exercício de 2012, apontando um valor de exposição de R\$1.127.669,00, tiveram um acréscimo significativo, passando a serem contabilizadas 43 (quarenta e três) ações cíveis, ao final do exercício de 2013, totalizando um valor de exposição de R\$5.152.609.

A CASEMG figura, ainda, como autora em 39 ações cíveis.

É importante salientar ainda que o Departamento Jurídico fora modificado em julho de 2013, com a reformulação da equipe e reestruturação do setor, e, desde então fora feito um levantamento das ações que tramitam no Poder Judiciário para que pudéssemos ter um panorama de tudo aquilo de contencioso que se encontra ativo.

Após, uma série de tratativas e medidas foram adotadas no sentido de reduzir o passivo cível e trabalhista, seja pela via recursal, seja pela via da composição.

Neste emaranhado de ações realizadas, destaca-se às alusivas ao passivo referente à Unidade Operacional de Paracatu, onde vem se obtendo êxito no que tange ao adimplemento das obrigações repassando aos credores os grãos correspondentes.

A perspectiva para o ano de 2014 é positiva pelo retrospecto de procedências nas ações em que a CASEMG é autora e nas improcedências naquelas em que figura como ré, tanto na seara cível quanto trabalhista.

No que tange aos procedimentos administrativos sob os auspícios deste Departamento Jurídico, é importante ressaltar a adoção de novas técnicas e fluxos de trabalho visando dar eficiência e celeridade nas análises das demandas submetidas desta natureza.

5.2. Auditoria Interna

No exercício de 2013, as auditorias foram realizadas em consonância com os programas de auditoria próprios, cujos objetos foram criteriosamente especificados, levando-se em conta, além do cumprimento normativo, os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles e criticidade.

Foram identificados e avaliados os riscos inerentes a cada ação de auditoria. As vulnerabilidades encontradas, além de terem sido objeto de recomendação nos relatórios de auditoria correlatos, também serviram de subsídio para a definição das novas ações de auditoria para o ano de 2014.

Foram realizadas auditorias abrangendo as áreas Administrativas e Unidades da Companhia; também foram elaborados o PAINT relativo ao exercício de 2014 e o RAINTE relativo ao exercício de 2012 e emitido Parecer sobre Prestação de Contas (Relatório de Gestão), além de assessoramento à Presidência, às Diretorias e aos Conselhos de Administração e Fiscal em assuntos específicos, como esclarecimento de dúvidas, análise de minutas de editais e contratos, etc.

A AUDIN realizou também, no período, auditorias especiais por demandas da Diretoria Executiva.

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT de 2013 havia contemplado a realização de auditorias na Sede e Unidades da Companhia de acordo com as necessidades detectadas pela AUDIN. Dessa forma, haviam sido programadas 18 (dezoito) auditorias para o exercício de 2013, sendo 04 (quatro) relativas às Demonstrações Contábeis, 01 (uma) na Gerência Administrativa - GERAD, 01 (uma) na Assessoria de Planejamento - ASPLA, 01 (uma) na Gerência de Recursos Humanos - GEREH, 01 (uma) na Gerência Financeira - GEFIN e 10 (dez) em Unidades de Armazenamento e Negócios - UANs, distribuídas da seguinte forma:

- 14 Auditorias de Acompanhamento da Gestão (GERAD, GEREH, ASPLA, GEFIN e UANs)
- 04 Auditorias Contábeis/Financeiras - (Contabilidade)

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Durante o exercício de 2013, foram efetivamente realizadas 15 (quinze) auditorias, sendo:

- 08 Auditorias de Acompanhamento de Gestão – (GERAD, ASPLA, Área de Informática e UANs)
- 04 Auditorias Contábeis/Financeiras - (Contabilidade)
- 03 Auditorias Especiais - (UANs)

Auditorias Programadas x Realizadas por Tipo de Auditoria

Tipo de Auditoria	Quantidade Programada (A)	Quantidade Realizada (B)	% Realizado em Relação ao Programado (B/A)	% por Tipo de Auditoria Realizada em Relação ao Total Realizado (B/15)
Acompanhamento de Gestão	14	08	57%	53%
Contábil-Financeira	04	04	100%	27%
Auditoria Especial	-	03		20%
Total	18	15	83%	100%

Foram expedidas pela Auditoria Interna no exercício de 2013, 202 recomendações, das quais 189 foram atendidas e 13 estão pendentes.

As recomendações formuladas pela AUDIN e que permanecem pendentes recebem acompanhamento sistemático através do “*Quadro de Acompanhamento de Pendências dos Relatórios de Auditoria Interna*”. Por meio dele os auditores buscam acompanhar, tempestivamente, as manifestações dos auditados às recomendações da Auditoria, podendo assim avaliar não apenas as respostas, mas também os documentos apresentados.

Entretanto, a partir de meados de 2013, foi proposta pela AUDIN e aceita pelos Conselhos de Administração e Fiscal a elaboração de um quadro único que consolida os quadros de pendências do CONSAD, do CONFIS e da Auditoria. O quadro foi elaborado visando racionalizar a apresentação dos assuntos abordados pelos Conselhos e pela Auditoria e que constam dos quadros de pendências. Muitas vezes, um mesmo assunto é tratado em dois ou nos três quadros de pendências, com descrição *ipsis litteris* das atas e reprodução de parte dos relatórios, fazendo com que torne repetitivo o tema e dificulte o acompanhamento, pelos membros dos Conselhos e pela Auditoria, da evolução das medidas adotadas para correção das falhas.

Outro objetivo do quadro consolidado de pendências é facilitar o monitoramento, em um único documento, das providências que serão/estão sendo tomadas para resolver o problema/demanda, até sua solução final. Para isso, é imprescindível que sejam estimadas, pelas respectivas áreas responsáveis, as datas para a solução das demandas. Dessa forma, o próximo passo da Auditoria será verificar, junto ao(s) responsável(eis), as datas estimadas para a solução das demandas, com a ciência da Diretoria Executiva.

5.3 Procedimentos Licitatórios

Foram realizados 22 (vinte e dois) procedimentos licitatórios nas diversas modalidades envolvendo aquisições de bens e serviços conforme demonstrado abaixo.

Procedimentos Licitatórios, Aquisições de Bens e Serviços Realizados

Modalidade	Quantidade	Tipo	Valor Total finalizado (R\$)
Pregão Presencial	01	Aquisição de Bens e Produtos	171.212
Pregão Eletrônico	02	Aquisição de Bens e Produtos	406.673
	10	Prestação de Serviços	1.038.645
Dispensa	09	Prestação de Serviços	69.364
TOTAL	22		1.685.894

Pregão Eletrônico –

- 01 Processo foi fracassado: Contratação de Impressora
- 01 Deserto: Contratação de Menor Aprendiz

Pregão Eletrônico: Aquisição de Produto:

Óleo BPF	296.739
Inseticida	109.934
TOTAL:	406.673

Pregão Eletrônico Prestação de Serviços:

BIOTECH	11.456
Siloé - Serviços	180.096
Super Estágio	14.130
SCM - Serviços	138.000
Seguro Mercadoria	350.000
Passagens Aéreas	59.753
Sodexo	285.208
Total:	1.038.645

Pregão Presencial:

- 01 Processo finalizado Lenha
- O valor total finalizado representa o que foi pago no ano de 2013.

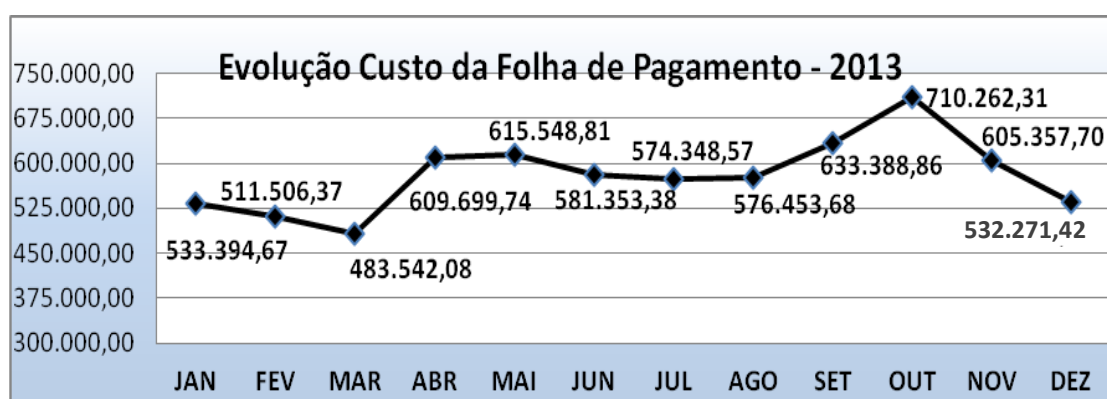
Dispensa:

O valor relevante em dispensa foi devido a mudança de modalidade de contratação dos correios de INEXIGIBILIDADE para DISPENSA, no montante de **R\$ 41.000 (estimado/2013) da Empresa EBCT**. O valor total finalizado refere-se ao valor global do contrato equivalente a 12 (doze) parcelas.

5.4. Recursos Humanos

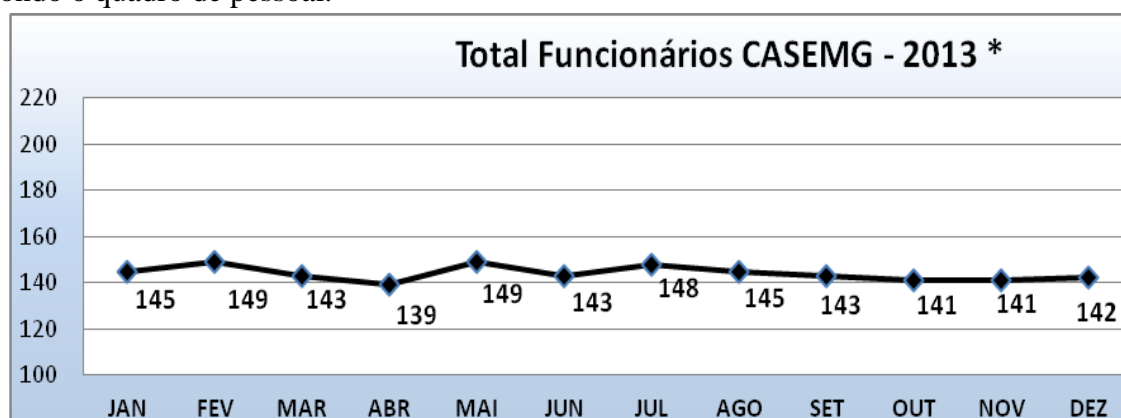
No ano de 2013, o custo médio com a folha de pagamento no período de 12 meses foi de R\$ 580.821,85, com salários e encargos sociais. Em outubro de 2013 foram pagas as diferenças de reajuste do Acordo Coletivo 2013/2014, com data base em maio, correspondentes a 7,16% (sete vírgula dezesseis por cento), das verbas salário contratual e demais verbas adquiridas.

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS



*Não incluem estagiários e conselheiros.

A Companhia encerrou o exercício com 142 (cento e quarenta e dois) colaboradores compondo o quadro de pessoal.



*Não incluem estagiários, conselheiros.

Dos 142 funcionários, 05 (cinco) estão em licença sem remuneração, 03 (três) estão cedidos à entidade sindical, 02 (dois) estão afastados por invalidez e 132 (cento e trinta e dois) estão em atividade, representando a força de trabalho real da CASEMG.

SITUAÇÃO	2013		
	QUANTIDADE	%	VALORES ANUAIS (R\$)
Força de Trabalho Real	132	92,96	6.746.612
Licença sem Remuneração	5	3,52	-
Afastamento pela Previdência Social	2	1,41	-
Cedidos a Entidades Sindicais	3	2,11	220.515
TOTAL	142	100,00	6.967.127

No ano de 2013 foram realizados 06 cursos, dentre eles cursos sobre SPED Social – Folha de Pagamento, Formação de Pregoeiro, Gestão e Fiscalização de Contratos. O investimento em treinamento correspondeu a R\$ 9.809 no ano de 2013. Houve um aumento de 15,79% em relação ao ano de 2012.

5.5. Análise do Desempenho Econômico e Financeiro

5.5.1. Considerações sobre o Balanço Patrimonial e Resultado Contábil do Exercício

Começando pelo Balanço Patrimonial da empresa, podemos observar que em 2013 o Ativo Total de R\$20.739.755, representando a totalidade dos recursos aplicados na empresa, representou um decréscimo de aproximadamente 3,38% em relação a 2012.

As Disponibilidades no valor de R\$ 125.424 correspondem a 0,65% do Ativo Total. Comparando sua variação com o ano de 2012, houve uma redução de 72,81%.

No Ativo Circulante a Companhia apresentou em 2013 um valor de R\$ 3.660.334 correspondente a 121,77% do Ativo Total, sua representatividade maior foram nas contas “Outros créditos”, devido a contabilização de R\$1.500.000 do valor do imóvel de Tres Pontas devido ao cancelamento da alienação; R\$558.541 de depósito judicial de cliente e de R\$350.000 em “Despesas Antecipadas” devido à contratação de seguro contra incêndio em junho/13.

No Realizável em Longo Prazo não houve alterações significativas. Em 2013 apresentou um valor de R\$ 1.010.691 correspondente a 5,25% do Ativo Total e em 2012 correspondeu a 4,8%.

Dentro do grupo de contas do Ativo Imobilizado, identificamos que a redução do valor de R\$ 18.401.277 em 2012 para R\$ 15.685.054 em 2013 do Imobilizado Líquido tendo como fator principal os custos e despesas da depreciação.

O passivo que representa a origem dos recursos utilizados na Companhia, observamos que o montante de Recursos de Terceiros (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) era de R\$ 8.350.227 em 2012 que correspondia a 38% do Passivo Total enquanto o Patrimônio Líquido era de R\$ 13.115.611 que correspondia a 61% do Passivo Total. Em 2013 a representatividade de Recursos de Terceiros passou a ser de R\$ 16.029.050, 83% do Passivo Total e o Patrimônio Líquido correspondia a R\$ 4.710.706, 22,71% do Passivo Total.

Com esta análise podemos concluir que a Companhia em 2013 é composta por mais Capital de Terceiros do que Capital Próprio. O Passivo Circulante em 2013 apresentou um aumento de 138,62% em relação ao ano de 2012. O acréscimo se deu principalmente nas contas: Fornecedores (91,41%), Obrigações Fiscais (111,24%), Salários e Encargos Sociais (87,96%) e Parcelamento Previdenciário (97,36%) devido às dificuldades de caixa vivenciadas pela Companhia desde o segundo semestre de 2012.

As provisões para ações cíveis de curto e longo prazo tiveram um aumento significativo (356,93%) em relação ao exercício de 2012, devido principalmente ao provisionamento de R\$ 1.500.000, relativo a alienação do imóvel da CASEMG em Três Pontas, onde a concorrência fora anulada e encontra-se sub-júdice; e R\$ 2.825.710 do

reconhecimento de dívida com 2 (dois) clientes da Unidade de Paracatu referente a indenização de mercadoria.

Na análise das Demonstrações de Resultados do Exercício (DRE) identificamos que houve uma redução de 9,11% da Receita Operacional Líquida em relação ao ano de 2012. Enquanto que os custos dos serviços prestados reduziram apenas 5,56%, ocasionando um prejuízo operacional de R\$ 810.937.

O Custo dos Serviços Prestados em 2013 é 6% superior ao valor da Receita Operacional Líquida.

Analizando o comportamento histórico em relação ao exercício de 2012, houve um aumento nas despesas operacionais de 1,35%. Os aumentos significativos foram nas contas: pessoal e encargos sociais (19%) devido ao reajuste do acordo coletivo/2013, das rescisões contratuais e da nova estrutura dos cargos de assessores contratados através de recrutamento amplo; materiais e produtos (67%), contingenciais cíveis (19%).

Nas contas Outras Receitas e Despesas Operacionais não houve alterações significativas.

Em outras receitas e despesas financeiras, houve aumento de 146% nas despesas financeiras, relativo aos juros contabilizados, sendo os mais relevantes os decorrentes de apropriação dos Parcelamentos, sendo: R\$ 125.912 sobre a dívida da Lei 11.941/2009; R\$ 57.528 dos contratos de parcelamentos com fornecedor; R\$ 387.531 do Parcelamento Previdenciário e R\$ 118.535 do Parcelamento Não Previdenciário. As multas contabilizadas são oriundas principalmente dos Parcelamentos Previdenciários: R\$ 247.935 e Não Previdenciários: R\$ 153.894 e o restante são sobre impostos e fornecedores pagos em atrasos no exercício.

Em 2013, o prejuízo totalizou R\$ 8.412.875, aumento de 20% em relação a 2012, causaram impacto negativo no Resultado do Exercício principalmente o montante de R\$ 2.534.371 proveniente de contingências cíveis registradas nas Despesas Administrativas, e ainda as despesas com depreciação de R\$ 3.049.961 registradas em Custos Operacionais e Despesas Administrativas.

5.5.2. Evolução da Receita Total – 2010 a 2012

A Receita Total demonstrada no quadro abaixo está composta pela “Receita Bruta de Venda de Serviços”, “Outras Receitas Operacionais”: relativas à Concessão de Direito Real de Uso, Recuperação de Despesas e eventuais; e “Receitas Financeiras”, referentes à taxa de permanência incidente nas duplicatas recebidas em atraso, renda sobre aplicações financeiras e juros incidentes sobre outros recebimentos em atraso.

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RECEITAS	2011	2012	2013
Receita Bruta de Venda de Serviços	19.690.286	15.937.074	14.668.692
Receita de Concessão de Direito Real de Uso	1.008.844	1.195.422	1.265.224
Demais Receitas Operacionais	541.656	422.212	410.424
Receitas Financeiras	413.293	146.421	41.908
TOTAL	21.654.079	17.701.129	16.386.249

Em 2013 a receita bruta de vendas e serviços caiu em 7,96% comparando ao exercício de 2012 e 25,50% em relação a 2011.

RECEITA OPERACIONAL, POR TIPO DE CONTRATO 2011 a 2013 (R\$)

RUBRICAS	2011	2012	2013
Contratos de Depósito - ADESÃO	9.435.923	6.791.032	6.815.090
Contratos de TARIFAÇÃO ESPECIAL	8.279.148	7.090.105	5.191.648
Contrato de TRANSBORDOS	1.975.215	1.861.188	2.428.009
Venda de Mercadorias		194.749	233.946
TOTAL	19.690.286	15.937.074	14.668.692

Os contratos de armazenagem compreendem todos os contratos de “Adesão” que obedecem às tarifas oficiais de prestação de serviço, em conformidade ao Regulamento Interno Sobre Prestação de Serviços e a Lei de Armazenagem.

O Contrato de depósito com tarifação especial é o contrato regido pela livre negociação entre as partes, devidamente autorizado e assinado pelo Diretor Presidente e "Diretor Técnico-Operacional", onde o valor da prestação de serviços é determinado em função de condições especiais de armazenagem. É negociado e formalizado pela Gerência Comercial da UAN, do Responsável Técnico – RT da UAN, Gerência Técnico-Operacional - GETOP e Diretorias citadas acima. As características destes contratos estão regulamentadas pela Instrução Normativa Operacional – INO nº 09.

5.5.3. Programa de Dispêndios Globais- PDG e Investimentos

Valores Reprogramados – Exercício de 2013 – Usos e Fontes

RECEITAS				DISPÊNDIOS			
Descrição	Valor		Realizado X Reprograma- do	Descrição	Valor		% Realizado x Reprogramado
	Reprograma- do	Realizado			Reprograma- do	Realizado	
Receitas Operacionais	14.458.707	14.668.692	101,45%	Dispêndios de Capital	1.701.780	333.742	19,61%

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Receitas Não Operacionais	4.362.006	1.717.557	39,38%	Dispêndios Correntes	19.428.033	21.751.450	111,96%
TOTAL	18.820,713	16.386.249	87,06%	TOTAL	21.129.813	22.085.192	104,52%

Da análise do quadro acima, pode-se inferir que as Receitas Operacionais realizadas situaram-se acima dos valores Reprogramados e a Receita Não Operacional realizou valores bem inferiores à reprogramação, devido a não concretização da alienação de bens prevista.

Quanto aos Dispêndios, o valor programado e não realizado em sua totalidade da rubrica de Dispêndios de Capital deve-se, principalmente, às dificuldades de caixa devida a redução da receita operacional e principalmente em função da previsão de alienação de bens para investimentos no ativo imobilizado não realizada, ocorrendo o adiamento de aquisições, além de processo licitatório fracassado, o que resultou nos baixos percentuais, conforme a seguir demonstrado, por ação:

Investimentos no Ativo Imobilizado (R\$)

DESCRIÇÃO	REPROGRAMADO	REALIZADO	(%)
Manutenção e Adequação de Imóveis.	928.000	317.596	34,22%
Manutenção e Adequação de Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.	736.850	13.551	1,84%
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	36.930	5.595	7,03%
TOTAL	1.701.780	333.742	19,61%

Mesmo havendo a necessidade de maiores investimentos no Ativo Imobilizado, no exercício de 2013 foram realizados somente 19,61% do programado, consequência da falta disponibilidade financeira da Cia.

Dispêndios Correntes (R\$)

DESCRIÇÃO	REPROGRAMADO	REALIZADO	REALIZADO / REPROGRAMADO
Pessoal e Encargos	7.724.414	7.575.065	98,07%
Materiais e Produtos	1.222.105	1.082.356	88,56%
Serviços de Terceiros	5.129.006	5.265.660	102,66%
Utilidades e Serviços	1.673.148	1.398.118	83,56%
Trib. e Enc. Parafiscais	2.059.887	2.045.526	99,30%
Encargos Financeiros	397.578	783.691	197,12%
Outros dispêndios correntes	1.221.895	3.601.034	294,71%
TOTAL	19.428.033	21.751.450	111,96%

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Analisando os Dispersndios Correntes, verifica-se que, em sua maioria, o Realizado ficou muito prximo do Reprogramado, à exceção das rubricas “Encargos Financeiros”, cujo percentual de realização foi de 197,12% em função da estimativa à menor de juros incidentes sobre os encargos sociais em atraso, em fase de parcelamento; e “Outros Dispersndios Correntes” cuja variação foi de 294,71% em razão do aumento da provisão para demandas cíveis incluídas na rubrica “Demais dispersndios correntes” cujo valor contabilizado foi de R\$2.534.271 conforme estimativa do Departamento jurídico da Companhia; e das multas devidas nos pagamentos em atraso de tributos, parcelamentos de encargos sociais e fornecedores, cujo valor reprogramado foi inferior.

FLUXO DE CAIXA

No final do exercício de 2013 o Fluxo de Caixa da Companhia apresentou o seguinte resultado:

Saldo em 01/01/2013:	R\$ 461.321
Total de entradas:	R\$ 16.695.755
Total de Saídas:	R\$ 17.110.601
Saldo em Conta corrente em 31/12/2013:	R\$ 46.442

O exercício de 2013 foi marcado por dificuldades financeiras., cujas receitas de prestação de serviços foram insuficientes para cobrir todas os dispersndios do exercício, bem como os adquiridos em exercícios anteriores, como parcelamentos de encargos sociais, tributos fiscais e fornecedores e ações judiciais já descritas no presente relatório. O resultado dessas duas variáveis, receita e despesas, gerou uma dívida em aberto em 31/12 no valor de R\$ 3.201.486 referentes a fornecedores, tributos e encargos sociais.

Esse dispersndio será administrado pela Diretoria, com ações como parcelamento para os tributos e encargos e negociação dos valores referentes a fornecedores.

Diretoria Executiva

Francisco Oséas Corrêa Valadares
Diretor-Presidente

Vanda Lúcia Batista
Diretora Administrativa e Financeira (interina)

Júlio Marcos Mourthé Edmundo
Diretor Técnico-Operacional (interino)